

RECURSO ESPECIAL Nº 1.780.623 - GO (2018/0305540-1)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
RECORRENTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS
RECORRIDO : SÔNIA SILVEIRA BRAGA
RECORRIDO : MARINHO PEREIRA BRAGA
ADVOGADO : WAGNER LUIZ FIGUEIRÊDO JÚNIOR - GO036869

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS**, com amparo no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo respectivo Tribunal de Justiça, assim ementado:

"EMENTA: HABEAS CORPUS. AUDIÊNCIA ADMONITÓRIA. EXECUÇÃO PROVISÓRIA DA PENA RESTRITIVA DE DIREITOS. AUSÊNCIA DE TRÂNSITO EM JULGADO DA CONDENAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE.

A decisão que deflagra a execução da pena restritiva de direitos, quando pendente julgamento de insurgência recursal, malfez o art. 147, da Lei de Execução Penal, merecendo reparo pela ordem mandamental, suspendendo-se a execução, até a ulatimação do trânsito em julgado da sentença desfavorável.

ORDEM CONCEDIDA." (e-STJ, fl. 109).

Os embargos de declaração foram rejeitados.

Nas razões recursais, a acusação sustenta violação dos arts. 147 da Lei n. 7.210/84 e 619 do CPP. Nesse sentido, aduz ser possível a execução provisória da pena restritiva de direitos.

Contrarrazões apresentadas (e-STJ fls. 193-208).

O Ministério Público Federal manifestou-se pelo provimento do recurso (e-STJ, fls. 255-260).

Às fls. 262-270 (e-STJ), sobrevém informação sobre posterior adimplemento dos tributos.

É o relatório.

Decido.

Inicialmente, deve-se destacar que a efetivação do adimplemento total tributário é matéria que não pode ser conhecida por esta Corte, sob pena de supressão de instância e também afronta ao seu papel constitucional, qual seja o de pacificar a interpretação das normas infraconstitucionais, sem se imiscuir em fatos e provas do caso concreto. Ademais, a tese não consta do especial.

Em relação às teses jurídicas veiculadas no especial, cumpre tecer as seguintes considerações.

Inicialmente, cumpre anotar que os embargos de declaração destinam-se a suprir omissão, contradição ou obscuridade de provimentos jurisdicionais. Não se prestam, portanto, à revisão dos julgados no caso de mero inconformismo da parte.

Na hipótese dos autos, observe-se que a matéria objeto do presente recurso especial foi satisfatoriamente examinada pelo Tribunal de origem.

Com efeito, é certo que não se "verifica a alegada violação do art. 619 do

CPP, na medida em que o acórdão recorrido enfrentou todos os pontos relevantes ao deslinde da controvérsia, adotando, contudo, solução jurídica contrária aos interesses do recorrente. Ausente, portanto, a alegada negativa de prestação jurisdicional." (AgRg no REsp 1.664.437/ES, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 04/09/2018, DJe 12/09/2018)

Portanto, não há se falar em contrariedade ao art. 619 do Código de Processo Penal.

No que tange ao art. 147 da Lei de Execuções Penais, observe-se que, de fato, "o Plenário do Supremo Tribunal Federal, ao interpretar o princípio constitucional da presunção de inocência, no julgamento do HC n. 126.292/SP (DJe 17/5/2016), entendeu pela possibilidade de execução provisória da pena após a prolação de acórdão condenatório, proferido em grau de apelação, ainda que sujeito a recurso especial e extraordinário. Esse entendimento foi reafirmado no julgamento, em 10/11/2016, do ARE n. 964.246/SP, examinado sob a sistemática da repercussão geral, de maneira a conferir eficácia erga omnes e vinculante à decisão da Suprema Corte proferida em recurso extraordinário." (AgRg no HC 380.859/AP, de minha relatoria, QUINTA TURMA, julgado em 14/03/2017, DJe 22/03/2017).

No caso concreto, no entanto, foi imposta pena restritiva de direitos ao recorrente (e-STJ, fl.).

A Suprema Corte, ao tempo em que vigorava o entendimento de ser possível a execução provisória da pena, como agora, não a autorizava para as penas restritivas de direito. Ademais, há expressa vedação legal a esse tipo de execução provisória. A propósito:

"PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO PROVISÓRIA DA PENA RESTRITIVA DE DIREITOS. IMPOSSIBILIDADE.

1. O Supremo Tribunal Federal, ao tratar sobre a execução provisória da pena, decidiu apenas acerca da privativa de liberdade, nada dispondo sobre as penas restritivas de direito.
2. Ademais, a Suprema Corte, ao tempo em que vigorava o entendimento de ser possível a execução provisória da pena, como agora, não a autorizava para as penas restritivas de direito (EDcl no AgRg no AREsp 688.225/SP, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 22/09/2016, DJe 28/09/2016).
3. Em suma, nos termos do art. 147 da Lei de Execução Penal, as penas restritivas de direitos só podem ser executadas após o trânsito em julgado da sentença penal condenatória. Precedentes do STF e do STJ.
4. Agravo regimental não provido." (AgRg no REsp 1.618.434/MG, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 13/12/2016, DJe 01/02/2017)

A 3ª Seção deste STJ, aplacando divergência que existia entre a 5ª e a 6ª Turmas acerca da matéria, pacificou o tema no âmbito desta Corte Superior, decidindo que não se procede à execução provisória de penas restritivas de direitos (EREsp 1.619.087/SC, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, Rel. p/ Acórdão Ministro JORGE MUSSI, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 14/06/2017, DJe 24/08/2017).

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, II, do Regimento Interno do STJ, **nego provimento** ao recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de fevereiro de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS

Relator

